
PLANO DE GOVERNO 2021-2024

GLÓRIA HELOIZA

PREFEITA

LUIS MAURO

VICE-PREFEITO



PLANO DE GOVERNO

2021-2024

AMOR PELO RIO!

1. INTRODUÇÃO

O município do Rio de Janeiro escolheu, em 2016, um projeto de governo que tinha por objetivo “cuidar das pessoas”, mas o que se viu, no entanto, foi o total abandono do carioca por parte das autoridades constituídas. Todos os serviços públicos pioraram, principalmente a saúde, educação, transporte, segurança e o ordenamento urbano.

Um olhar de cuidado com quem precisa é fundamental, mas esse carinho precisa ser feito com um toque feminino e uma visão técnica de futuro bem estruturada. É preciso ter o pensamento cristão solidário como base para as políticas públicas baseadas em evidências, mas atrelado à tecnologia do que há de mais moderno na gestão pública, meritocracia e tecnocracia, de forma que as pessoas mais capacitadas para ocupar os cargos públicos sejam as escolhidas, não importando sua cor, credo, opção sexual ou religião.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

2.1 MISSÃO

Nossa missão é clara e objetiva: resgatar a qualidade técnica do serviço público prestado pela prefeitura do Rio de Janeiro, deteriorada por anos de abuso em indicações políticas sem nenhum preparo para a ocupação de cargos públicos, sem que se retire da administração pública o foco no cuidado com as pessoas e o bem-estar social com desenvolvimento econômico sustentável.

2.2 VISÃO

O Governo de Glória Heloiza tem como visão entregar a cidade do Rio de Janeiro, ao final de 2024, ao cidadão carioca, uma estrutura pública enxuta, desburocratizada, com orçamento equilibrado e plenamente funcional, de forma que possa satisfazer todas as necessidades individuais e coletivas de serviços públicos ao carioca, em conjunto com a elaboração e execução de um projeto de cidade inteligente, acreditada pela ISO, que lidere a região metropolitana do Rio de Janeiro, transformando nossa capital estadual no melhor ambiente de negócios do Brasil.

2.3 VALORES

Para que essa candidatura possa se transformar em um governo que promova a missão acima e seus objetivos, é necessário deixar claro que temos como valores inegociáveis: (i) o solidarismo cristão, em especial no investimento maciço em educação, saúde e uma rede ativa de proteção social; (ii) a responsabilidade fiscal, com a busca por um orçamento equilibrado; (iii) a valorização do servidor

de carreira e ocupação de cargos públicos pela meritocracia e tecnocracia; (iv) o desenvolvimento econômico livre através de um ambiente desburocratizado, tecnologicamente estruturado e com abundante mão-de-obra qualificada; (v) a adoção das melhores práticas de governança, compliance, transparência e ética.

3. A REFORMA ADMINISTRATIVA

O retrato administrativo da prefeitura do Rio demonstra a confusão na gestão e o foco em compor acordos políticos sem sentido em estruturas que misturam questões absolutamente aleatórias.

Como exemplo, a secretaria de envelhecimento trabalha com eventos; a Secretaria de Turismo faz a gestão do legado olímpico; a Secretaria de Pessoa com Deficiência trabalha com tecnologia; tecnologia que também faz parte do portfólio da Secretaria de Desenvolvimento; a Fundação Parques e Jardins, base da conservação municipal, está atrelada à Secretaria de Envelhecimento e não a de infraestrutura, entre outros.

A confusão organizacional gera defeitos na prestação do serviço público pelos servidores e dificuldade ao cidadão na hora de acessar a prefeitura na busca desse serviço. É um tipo de “bagunça” que só serve para quem quer fazer da estrutura pública um instrumento pessoal de promoção política, sem se importar com o bem-estar da população.

A gestão de Glória Heloiza pretende reorganizar esse quadro caótico fazendo o simples, que é juntar competências próprias em secretarias que façam sentido.

Assim, propomos como organização da prefeitura para o período de 2021-2024, com apenas 16 órgãos com status de Secretaria, ligadas ao Gabinete da Prefeita.

4. AS SECRETARIAS

Este plano de governo tratará de cada uma das pastas e as linhas mestras que guiarão seu funcionamento, dando liberdade para que cada técnico possa realizar seu trabalho com empenho, dentro da missão, visão e valores da candidatura Glória Heloiza.

4.1 Gabinete da Prefeita (GAB)

O Gabinete da Prefeita estará sempre à disposição da população, e ao contrário de gestões anteriores, entendemos que o lugar da Prefeita não é dentro do gabinete, mas na rua, ouvindo e atendendo a população.

Por isso, o Gabinete da Prefeita estará sempre à disposição do cidadão, com a criação de ações de "gabinete itinerante", onde a prefeita ouvirá, no local de vida do cidadão, as demandas e necessidades de cada localidade.

A prefeita também estará permanentemente fiscalizando a execução orçamentária e os projetos de cada secretaria com a elaboração de um "dashboard" alimentado por cada secretário, e/ou assessor designado, com todas as informações necessárias para um ambiente de gestão moderno e dinâmico.

O "dashboard" servirá de base para a elaboração de um novo portal da transparência que tenha como objetivo facilitar o entendimento da gestão pública para todos os cidadãos cariocas, com linguagem fácil e acessível.

O SICOP (*sistema único de controle de protocolo*) será totalmente revisado e os processos internos da prefeitura totalmente digitalizados e abertos ao público, de forma que haja real transparência em todos os processos do município, em tempo real.

4.2 Controladoria Geral do Município (CGM)

A Controladoria Geral do Município é um dos órgãos mais importantes da prefeitura, responsável por criticar e construir os processos de gestão de todo o ente municipal.

Em especial na execução de serviços públicos, onde impera o desperdício, uma gestão digital moderna de contratos e estoques será implementada, com impossibilidade de uso de recursos públicos sem identificação do fato em sistema.

Todas as rotinas administrativas serão revisitadas e, dependendo do que ocorrer, até mesmo auditadas e a CGM terá protagonismo no apoio à digitalização e acessibilidade plena de todos os processos administrativos da Prefeitura.

É compromisso da administração Glória Heloiza criar uma força tarefa, via CGM, para auditar os projetos mais nebulosos da última década, em especial os relativos às Olimpíadas de 2016 e os contratos feitos durante a crise da pandemia do Coronavírus.

4.3 Procuradoria Geral do Município (PGM)

A Procuradoria Geral do Município terá total independência para atuar em suas funções, e será criado um programa de combate ao assédio político e moral aos procuradores municipais, de forma que possam atuar sempre com o objetivo de defender o interesse público, e não o interesse da administração vigente.

4.4 Secretaria Municipal de Administração

A atual Secretaria Municipal da Casa Civil será renomeada como Secretaria Municipal de Administração, por não fazer sentido se falar em Casa Civil se não há "*casa militar*" em contraposição. Ademais, a nova Secretaria de Administração terá como papel primordial exatamente o nome a que se destina, administrar, sem que haja interveniência política no setor. A blindagem política da Secretaria de Administração é essencial para uma governança sólida. Programas políticos de governo que não puderem ser encaixados em pastas correlatas serão geridos na nova Secretaria de Governo.

A Secretaria de Administração também ficará responsável pelo planejamento burocrático da máquina municipal, focando em: adequar o quantitativo de servidores de carreira e sua correta lotação, evitando desvio de função e desmotivação dos referidos servidores; valorizar o Servidor Público, com oferta de treinamentos, atualizações continuada, capacitações e cursos para melhor atender a nossa população; promover contínuo esforço para que a maioria dos cargos de chefia sejam ocupados por funcionários concursados de carreira, garantindo assim real tecnocracia e meritocracia na administração pública municipal; e atualizar e modernizar o Plano de Cargos e Salários existentes, buscando a motivação, incentivando e valorizando o desempenho profissional. Haverá um esforço continuado de auditoria permanente dos números e esforço para análise de conformidade de todas as despesas públicas.

4.5 Secretaria de Governo (SEGOV)

O Secretário de Governo será um importante assessor da Prefeita, promovendo e melhorando o relacionamento da Prefeitura com a sociedade e outros entes públicos; dando diretrizes, fiscalizando e cobrando outros secretários em suas atividades-padrão, e planejando as ações futuras da Prefeitura, em especial com a criação de um escritório de projetos para pensar política e economicamente o futuro do município do Rio de Janeiro, em parcerias com os poderes estadual e federal.

O Governo Glória Heloiza terá relações institucionais com outros poderes públicos estaduais, seja com governos federal, estadual, outros governos municipais e internacionais, sempre com base no respeito, na ética, na independência funcional e na busca por cooperação, com a finalidade de promoção dos direitos fundamentais, dos serviços públicos eficientes e do aumento da liberdade e produtividade do setor privado.

As relações de "*toma lá, dá cá*", tão características da velha política, serão substituídas por relações republicanas e éticas entre os poderes; e entre o poder público e a iniciativa privada. É preciso

recuperar a confiança do cidadão nas instituições e, para isso, as relações serão pautadas com transparência.

O Governo terá uma relação de autonomia e independência em sua relação com a Câmara, buscando apenas e tão somente meios republicanos de cooperação com a casa legislativa estadual.

Para garantir a independência de vereadores, tanto da futura base do governo quanto eventuais opositoristas e independentes, nosso Governo apoiará a criação de emendas parlamentares impositivas ao orçamento municipal, de forma que todos os vereadores possam exercer seu mandato blindados de qualquer sugestão não republicana, por parte deste ou de futuros governos, inclusive na própria Câmara.

Dentro do pacto federativo nacional, o Governo precisa manter relações institucionais do mais alto nível com o Governo Federal e Estadual.

O Governo Glória Heloiza promoverá apoio total ao projeto de governança metropolitana instituída pela Lei Complementar Estadual 184/2018, e a Secretaria de Governo terá um órgão especializado na interação com os demais membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, membros do Conselho Consultivo e o próprio Instituto Rio Metrópole, engajando-se também em fornecer servidores qualificados para ocupar funções no órgão executivo metropolitano.

4.6 Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ)

Os números da gestão fazendária da Prefeitura do Rio são aterradores. No ano de 2019, último que se tem dados completos, visto o não fechamento das contas públicas do presente ano, a estimativa orçamentária do Governo foi em arrecadar R\$ 30.632.372.919,00 (trinta bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, novecentos e dezenove reais). No entanto, a arrecadação para o mesmo ano foi de R\$ 28.752.805.221,50 (vinte e oito bilhões, setecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), diferença de quase dois bilhões de reais a menos do que foi orçado, em um ano sem impacto pandêmico.

Para o mesmo ano de 2019, as despesas gerais foram de R\$ 30.002.061.369,04 (trinta bilhões, dois milhões, sessenta e um mil, trezentos e sessenta e nove mil reais e quatro centavos), o que gerou um déficit de R\$ 1.249.256.147,54 (um bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta centavos).

Alguns comentários extras podem ser ditos acerca da gestão financeira do atual Governo:

(i) Entre 2017 e 2019 as receitas correntes aumentaram em mais de 3 bilhões e meio de reais, em virtude, principalmente, da nova lei do IPTU, mas mesmo assim o Governo chega com um déficit gigantesco mesmo no momento de maior arrecadação de receitas correntes da história;

(ii) A arrecadação de receitas de capital para o ano de 2019 foi de apenas R\$ 299.501.992,80, a menor dos últimos dez anos e equivale a 8,62% do obtido no último ano de gestão do governo anterior, o que demonstra a total incapacidade da atual equipe econômica municipal em gerir financeiramente o município e buscar outras fontes de receita que não as correntes, deixando o caixa da Prefeitura totalmente dependente de receitas como as tributárias;

(iii) Salvo o ano de 2017, em que a Prefeitura orçou receita total em cerca de 29,5 bilhões de reais, em nenhum outro momento essa receita orçada foi menor do que R\$ 30 bilhões anuais. No entanto, a arrecadação de 2019, como já apontada, de R\$ 28,74 bilhões é a maior da história, e raramente ela ultrapassa os R\$ 27 bilhões anuais. A equipe econômica tem total conhecimento de que o orçamento que está sendo enviado à Câmara é desprovido de qualquer razão prática, mas ainda assim continua a insistir em aprovar números orçamentários fantasiosos;

(iv) Ao longo dos três primeiros anos do Governo atual, virou prática da gestão financeira o não processamento de inscrição de restos a pagar, sempre em faixa superior a meio bilhão de reais. A se fazer a contabilização dessas despesas, a disponibilidade de caixa líquida para o exercício de 2020 seria negativamente bilionária (ainda que, por óbvio, não exista fluxo de caixa negativo) e a Prefeitura pode simplesmente não ter dinheiro em caixa na troca do Governo, levando a questão fiscal municipal a uma situação absolutamente caótica;

(v) Para o ano de 2020, a previsão orçamentária de receita total está em quase R\$ 33 bilhões, no ano de pandemia que gerou a maior crise econômica dos últimos anos no Brasil, e a queda de receita realizada não será menor do que 5% do ano anterior, isso se manter a péssima gestão de receitas de capital, e podemos estar facilmente falando em um déficit na ordem de mais de R\$ 5 bilhões neste ano, explodindo a dívida municipal, que hoje já é de mais de R\$ 15 bilhões;

(vi) No ano de 2019, a Prefeitura teve uma despesa líquida com pessoal equivalente a 53,13% da receita ajustada, ficando a pouco do limite legal de 54%. Há uma expectativa real de que, em 2020, a Prefeitura descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para reverter esse cenário praticamente desesperador, algumas atitudes deverão ser tomadas urgentemente:

(i) compromisso de redução agressiva de despesas com pessoal;

(ii) debater e aprovar uma reforma previdenciária que viabilize o orçamento público municipal, inspirada nas recentes reformas feitas em administrações públicas de todo o Brasil;

- (iii) compromisso de buscar a estabilidade orçamentária, não se gastando mais do que se arrecada, com superávit primário até o último ano de mandato;
- (iv) corte de nos cargos comissionados da Prefeitura do Rio;
- (v) Choque de gestão na Previ-Rio, com auditoria completa das contas e nos benefícios concedidos, a fim de evitar ou cessar fraudes, e caso estas ocorram, buscar o ressarcimento público judicialmente;
- (vi) Nomeação de uma equipe de especialistas na gestão de receitas de capital e busca de novas receitas através da exploração do patrimônio público, das competências públicas municipais e do poder normativo da Prefeitura;
- (vii) Revisão de contratos e renegociação com credores, talvez buscando junto ao Senado autorização para securitizar parte da dívida municipal, e sempre respeitando a segurança jurídica;
- (viii) Com o fim da Secretaria de Ordem Pública, será criado, junto à Secretaria de Finanças, uma subsecretaria de posturas que estará responsável por toda a questão envolvendo a fiscalização do cidadão quanto às regras municipais, garantindo assim dinamismo na administração municipal enquanto as Secretarias de Segurança e Defesa Civil se especializam nas suas atividades-fim.

4.7 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

O empreendedorismo é a chave do desenvolvimento de uma cidade, que encontra-se obstaculizada pelo Governo carioca através de alta carga tributária, grande burocracia na legalização dos processos, ambos frutos de descontrole fiscal e administrativo, além de grande carga de leis inúteis que aumentam o "custo-Rio" para o empreendedor carioca.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico terá papel crucial na concentração e elaboração de políticas para que o empreendedor carioca possa se desenvolver tendo apoio da Prefeitura, ao invés da péssima política de atrapalhar o cidadão, tal como hoje ocorre.

A Secretaria de Turismo será extinta e toda a política de desenvolvimento do turismo no Rio de Janeiro ficará a cargo da RioTur, que reunirá em uma só instituição o papel de planejamento e execução das políticas de turismo da cidade, em parceria com a RioEventos, que estará vinculada à mesma pasta.

Serão essas as principais metas da Secretaria:

- (i) Analisar toda a legislação carioca em busca de leis interventoras inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor, junto à Câmara de Vereadores, a sua revogação;

- (ii) Criação de uma Lei de Liberdade Econômica Municipal, garantindo direitos fundamentais do empreendedor a um ambiente econômico saudável, desburocratizado e com carga tributária enxuta e racional;
- (iii) Promover seminários e cursos para capacitação dos cariocas ao empreendedorismo e geração de empregos, especialmente em parceria com o SEBRAE e outras instituições correlatas;
- (iv) Simplificar e reduzir processos burocráticos junto à Prefeitura na hora de legalizar empresas, quando não for possível simplesmente eliminar a burocracia em questão;
- (v) Modernizar e automatizar todos os processos burocráticos internos e destinados ao público da prefeitura, com resolução *online*, sem necessidade presencial do usuário, na maior parte dos serviços prestados;
- (vi) Regulamentação dos camelôs, mediante cadastro, CPF ou CNPJ dos que já trabalham como ambulantes, para o uso ordenado das calçadas e demais espaços oportunos à prática comercial, desde que não atrapalhe no fluxo de transeuntes nem se comercialize produtos piratas e ilegais;
- (vii) Facilitar a criação de zonas especiais empreendedoras, com desoneração tributária, em parceria com outros níveis da esfera governamental;
- (viii) Outras medidas em defesa de um Rio desburocratizado, próspero e livre.

4.8 Turismo

O turismo é a vocação natural do Rio de Janeiro e uma das atividades econômicas que mais geram emprego e renda. Em uma cidade tão bela quanto o Rio de Janeiro, é essencial o investimento de porte da Prefeitura nessa área, sendo a principal medida administrativa a ser tomada é a concentração do planejamento e da execução de políticas de turismo na RioTur. Além disso, serão tomadas as seguintes medidas:

- (i) Criação de calendário permanente de turismo gastronômico, cultural e de negócios;
- (ii) Criação de um Centro de Defesa e Proteção ao Consumidor Turista, "ProconTur", funcionando dentro do ProconRio, mas com treinamento especializado dos atendentes para as demandas especiais dos turistas, todos com proficiência em mais de um idioma;
- (iii) Investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Rio de Janeiro, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada com cursos de idiomas, preferencialmente *online*, e também em parceria com o sistema "S";

- (iv) Criação da certificação municipal de motorista de táxi bilíngue, com incentivos fiscais e econômicos para o taxista certificado;
- (v) Implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, com grande gama de informação virtual para melhor aproveitamento do passeio do turista;
- (vi) Estudar parceria para viabilizar a criação de um grande centro de convenções para receber turismo de negócios no Rio de Janeiro;
- (vii) Valorização do RioEventos como instrumento fundamental de desenvolvimento econômico, fazendo do Rio de Janeiro o centro de turismo e eventos corporativos, esportivos e culturais da América Latina;
- (viii) Além de outras ações que visem aumentar a incidência do turismo no Rio de Janeiro.

4.9 Fomenta Rio

O empreendedorismo é o melhor meio de resgatar a dignidade do cidadão, através de políticas públicas que geram aumento de produtividade, emprego e renda.

Um meio de apoiar de maneira sustentável o movimento empreendedor do Rio de Janeiro é o resgate de uma excelente ideia implementada, mas mal desenvolvida: o FOMENTA RIO.

O Fomenta Rio é uma agência de fomento municipal que tinha como objetivo melhorar o ambiente de negócios no nosso município e criar um fundo que pudesse realizar empréstimos a baixo custo para os empreendedores. No entanto essa política foi abandonada. Vamos retomar o FOMENTA RIO para o empreendedor carioca, garantindo crédito barato para o micro e pequeno empreendedor com a criação de um Fundo de Investimento na agência. Com isso vamos criar o melhor ambiente de negócios na cidade mais cosmopolita do Brasil, que é o nosso Rio de Janeiro.

E para garantir que esse desenvolvimento seja feito com sustentabilidade ambiental, os projetos que envolvam tecnologia que proteja o meio ambiente terão prioridade de investimento.

4.10 CDURP

A região do Porto precisa ser repensada. O projeto "Porto Maravilha" sofreu de uma falha conceitual fundamental, que foi a falta de um planejamento de ocupação residencial da área, gerando um espaço empresarial que não foi ocupado, em área nobre da cidade, o que já era de se esperar, já que o próprio Centro, com infraestrutura superior ao Porto, já não conseguia atrair as empresas e os serviços que são sua vocação, cada vez mais distribuídos nos bairros e na área da Barra da Tijuca.

A ocorrência da pandemia e a normalização do "homeoffice" como padrão nas relações de trabalho praticamente enterraram o projeto original do Porto Maravilha e levaram o Centro a uma situação de total abandono, sendo urgente a mudança de foco de corporativo para residencial.

O Governo Glória Heloiza reformará o CDURP, aderindo a ele as áreas do Centro Histórico e do Caju, que não podem ser pensadas e planejadas fora do contexto do Porto, e com foco na ocupação urbana residencial, em conjunto com a entrega de infraestrutura de serviços públicos necessários para a plena ocupação do espaço, como vias largas, escolas, hospitais e saneamento.

4.11 Secretaria de Defesa Civil

A defesa civil, para que sejam evitados os acidentes e catástrofes no município do Rio de Janeiro, precisa voltar a ter o protagonismo de outrora, sendo revalorizada como secretaria municipal e reestruturada de forma a que se possa investir, principalmente, na contenção de encostas, prevenção de incêndios e combate a alagamentos.

Será feito um esforço especial em se evitar a ocupação irregular, em retomar os investimentos em saneamento e integrar a região metropolitana para se investir nos mais modernos aparelhos meteorológicos que identifiquem, com antecedência, a ocorrência de grandes temporais.

4.12 Secretaria Municipal de Segurança

A falta de segurança é uma das principais queixas do cidadão carioca e a falta de políticas públicas no setor reverbera para toda a economia da nossa cidade. O tempo de funcionamento dos estabelecimentos é reduzido, turistas deixam de visitar a cidade, a produtividade industrial cai. Em suma: a falta de segurança nos torna mais pobres e com pior qualidade de vida.

A Prefeitura do Rio, que poderia colaborar com a defesa da vida e da propriedade privada do cidadão de bem, prefere usar a Guarda Municipal como instrumento arrecadatário de multas, no lugar de defender o patrimônio público e a integridade dos cariocas.

Simplesmente não há interesse da prefeitura atual em colaborar ativamente no setor de segurança, notadamente se escusando da responsabilidade em virtude da ênfase que o Governo do Estado dá ao tema, por obrigação constitucional.

A Prefeitura do Rio de Janeiro precisa interceder em defesa da vida e da liberdade do cidadão carioca, com a transformação da Guarda Municipal em uma Secretaria de Segurança autônoma, desvinculada do serviço de fiscalização e de posturas, bem como de qualquer órgão de defesa civil, para garantir os seguintes objetivos:

- (i) Criação de um serviço próprio de chamadas, desvinculado do portal 1746, focado em questões de segurança pública e vinculado à Secretaria de Segurança Municipal;
- (ii) Integração da Guarda Municipal à segurança pública, cumprindo a lei federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), mudando seu foco do viés arrecadatório para o da segurança preventiva do cidadão e em sinergia permanente com os órgãos de segurança do Estado do Rio e Governo Federal;
- (iii) Ampliação da atuação da Guarda Municipal para atuação em grupos com foco no policiamento preventivo, com atuação principal nas áreas não cobertas pelo programa "Segurança Presente", complementando trabalho já realizado pelo Governo do Estado;
- (iv) Transformação da atual Academia da Guarda Municipal em Escola de Governo, com formação dos atuais e futuros Guardas Municipais em tecnólogos em ordem e segurança pública, curso equiparado a nível superior;
- (v) Treinamento e capacitação dos integrantes da Guarda Municipal para o devido uso de armamento não letal e de arma de fogo;
- (vi) Ampliação do efetivo da Guarda Municipal, mediante efetivação de possíveis candidatos aprovados em concurso público vigente ou novos concursos públicos até o máximo legal permitido;
- (vii) Criação de sistema que permita a integração das câmeras existentes (via CICC) com de novas câmeras de segurança, em corredores comerciais, pontos turísticos, estações de transporte público e outros locais com grande concentração de pessoas, com sistema de identificação facial, no intuito de auxiliar as forças de segurança pública na redução do tempo de resposta a ações criminosas, na localização de pessoas desaparecidas, entre outras finalidades;
- (viii) investimento maciço em iluminação pública, desincentivando a ocorrência de crimes em locais onde o criminoso pode ser visto e/ou reconhecido;
- (ix) criação de um aplicativo a ser disponibilizado para a população informando sobre as áreas de risco da cidade e facilitando a comunicação com agentes de segurança;
- (x) Outras medidas necessárias para proteção do cidadão de bem da nossa cidade.

4.13 Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Como proposta inicial, se faz necessária a retomada de uma política de ciência e tecnologia no município do Rio de Janeiro, hoje praticamente inexistente, em conformidade e sinergia com o processo educacional macro do jovem carioca, dentro da rede pública municipal.

A educação passará por um período particularmente complicado entre o fim do ano de 2020 e o ano de 2021 e 2022, em virtude da falta de aulas decorrente da pandemia do coronavírus.

A solução para o resgate natural desse tempo parado é o contraturno em tempo integral. 65% dos alunos da rede municipal de ensino ainda não possuem educação em tempo integral. Podemos reduzir os custos do contraturno com aulas online, mas com o aluno dentro de sala de aula na escola, com professores e estagiários dando apoio presencial à aula online transmitida, isso sempre onde os próprios professores lotados na escola não puderem lecionar essas aulas de contraturno.

Passado o período de recuperação do tempo perdido, precisamos repensar o modelo de educação na cidade, restabelecendo a autoridade do professor em sala de aula ao mesmo tempo que valorizaremos as aptidões naturais dos alunos, buscando novos métodos pedagógicos que se adaptem aos perfis de cada aluno, ao invés de continuar insistindo em fórmulas que fazem nossos alunos performarem muito mal nas avaliações nacionais. De acordo com o Ideb 2017, somente 38% dos nossos alunos formados na rede municipal de ensino fundamental tinham conhecimento adequado de língua portuguesa. Esse índice é de apenas 16% para conhecimento adequado em matemática. Essa realidade precisa mudar.

As creches municipais não possuem horário de funcionamento compatível com o trabalho das mães, normalmente de 7 às 17 horas, e seu sistema pedagógico é atrasado. De acordo com os mais recentes estudos, o maior desenvolvimento da criança se dá no período de 0 a 6 anos, onde ela deve ser educada nas mais modernas práticas de expansão da percepção e raciocínio.

Em tecnologia, a prioridade no apoio às *startups* será total. *Startup* é uma empresa privada que se diferencia do modelo empresarial tradicional na organização da empresa. A organização tradicional se foca nas etapas de produção para obtenção de um produto final tradicional. O ganho de escala se dá na especialização das etapas de produção, e a demanda prévia cria a oferta. Já a organização da *startup* é focada no produto e na ideia que embasa a criação do produto, de maneira sinérgica, tendo como objetivo a inovação. O ganho de escala se dá na originalidade do produto e na possibilidade da oferta criar a demanda posterior.

Nesse importantíssimo tema de desenvolvimento tecnológico, a Prefeitura do Rio está totalmente desorganizada. Tem uma secretaria de pessoas com deficiência misturada com tecnologia, não entregando serviços com dignidade nem para as pessoas com deficiência e nem para os empreendedores que precisam do apoio do poder público. Ao mesmo tempo, possui uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação que trata o tema de maneira absolutamente secundária. Essa bagunça precisa ser arrumada e nós vamos fazer isso.

No cenário econômico dinâmico atual, focado em inovação e tecnologia, os empregos tradicionais tendem a sumir, sendo substituídos por empregos que exijam menos da capacidade física e mais

capacidade intelectual e de interação. A crise fiscal cada vez mais impede que os governos sejam grandes empregadores, e a burocracia gera muito desperdício. O papel do município precisa ser de apoiar a geração de empregos, desburocratizar e criar um pólo de aproximação de empresas que se complementem, inclusive com estímulo financeiro. O Fomenta Rio (Agência de Fomento do Município), o único acerto do atual governo no tema, mas mesmo assim desvalorizada e subutilizada, precisa ser um dos principais focos de investimento por parte da Prefeitura.

O principal problema do modelo tradicional de empresa, que não pode ser nunca abandonado, e sim revitalizado, é que acaba gerando externalidades negativas. Externalidade negativa é o custo social que a empresa acaba gerando para toda a sociedade, como por exemplo é o passivo ambiental. O empreendedorismo e a inovação tecnológica acabam reduzindo esse problema, pois as novas ideias da economia moderna estão sempre preocupadas em reduzir o impacto ambiental enquanto desenvolvem o aumento da produtividade social e a geração de emprego e renda. Quanto mais startups e inovação, mais emprego e renda com reduzido passivo ambiental. Integrar políticas públicas de valorização ambiental com os processos de inovação tecnológica será uma das prioridades da nossa secretaria de meio ambiente no nosso governo.

O que gera riqueza numa economia é o aumento da produtividade das empresas e dos empregados, e isso só é possível através do tripé "liberdade econômica / segurança / inovação". A liberdade econômica engaja os agentes econômicos a criar, produzir e comercializar. A segurança jurídica e policial garante que os negócios vão poder ser realizados sem a ameaça do crime e dos descumprimentos contratuais. A inovação é o que vai garantir a prosperidade e a competitividade dos produtos e serviços criados no Rio de Janeiro para consumo do próprio carioca, dos demais brasileiros e até mesmo de estrangeiros.

O Rio de Janeiro é uma cidade que possui uma característica muito especial que o difere de praticamente todas as demais cidades do planeta: tem potencial de explorar basicamente todos os setores de atividade econômica. Temos na nossa cidade potencial turístico, tecnológico, industrial, comercial, ambiental e de serviços. As startups podem funcionar como apoio a todas essas atividades com inovação e empreendedorismo.

Na área de educação, ciência e tecnologia, o Governo Glória Heloiza propõe:

(i) Criação de uma subsecretaria de ciência e tecnologia que possa garantir o apoio a todas as *startups* cariocas, promovendo legislação própria flexível e interagindo as novas tecnologias às necessidades do setor comercial, industrial e de serviços do Rio de Janeiro, bem como facilitando o acesso ao crédito e investimento através da Fomenta Rio;

(ii) Meta de 100% da rede com ensino em tempo integral, com atividades culturais, esportivas e científicas no turno da tarde;

(iii) Reforma pedagógica das creches municipais, em parceria público-privada, para aplicar as mais modernas medidas de desenvolvimento intelectual de crianças entre 0 e 6 anos de idade, além do aumento do período de funcionamento, das 7 às 19 horas.

(iv) Investimento constante em qualificação para os professores da rede de ensino municipal, atrelando metodologia às mais recentes tecnologias de aprendizado;

(v) Foco especial no investimento em centros educacionais destinados a crianças especiais e escolas inclusivas;

(vi) Revisão do conteúdo programático das escolas, por comissão de professores, com foco em disciplinas básicas (português e matemática) e tecnológicas (que gerem conhecimento para o aumento da produção de bens com valor agregado) e buscando evitar debates ideológicos desnecessários em sala de aula, onde deve se buscar a produção de conhecimento;

(vii) Investimento na segurança dos alunos e dos professores, dentro de sala de aula e nos limites das escolas, com valorização da figura dos professores como centro de autoridade;

(viii) Criação de bolsas para alunos carentes, programa que ofertará matrículas na rede privada de ensino aos estudantes que não conseguirem vaga na rede pública, por intermédio de desconto tributário e outras formas de parceria;

(ix) Outras medidas em defesa da melhoria da educação no Rio de Janeiro.

4.14 Secretaria Municipal de Saúde

O sistema público de saúde no município do Rio de Janeiro passou por vários “terremotos” nos últimos três anos, sem que estejam necessariamente em ordem cronológica.

O primeiro “terremoto”, mais recente, foi a pandemia do COVID-19 que gerou milhares de mortes na cidade e uma mudança, para pior, na qualidade de vida e na economia do Município.

Uma gestão confusa que permitiu aglomerações sem sentido ao mesmo tempo em que se inviabilizava economicamente uma série de cadeias produtivas na economia carioca, em especial o turismo.

O segundo, no final de 2018, foi a desorganização da gestão pública de saúde pelo atual prefeito através do plano de "reorganização" da atenção básica de saúde.

Esse plano de desorganização merece um detalhamento maior.

As equipes de saúde da família foram reduzidas de 1263 para 1079. Dentro dessas equipes, os agentes comunitários de saúde, absolutamente relevantes para o processo de comunicação entre a realidade social e sanitária da população e a equipe médica, foram reduzidos em presença, gerando grave retrocesso no plano. Os serviços passaram a ser disponibilizados em menor quantidade e "sob demanda", que é um termo bonito para a criação de filas onde antes não haviam. Mesmo a disponibilidade de insumos foi atacada, com redução de variedades de tipos de insumo e quantidade, gerando desabastecimento. Isto tudo confessado em documento oficial!

O terceiro "terremoto" foi a fraude no sistema de regulação. Criado para organizar a fila de exames e cirurgias, já estava no auge da espera, com tempo médio de 8 meses de demora, antes do início da pandemia, o que agravou ainda mais o setor. O sistema é constantemente burlado através de indicações políticas, que inclusive resultaram na CPI do SisReg por conta de gravação feita com o atual prefeito, onde o mesmo indicaria funcionária responsável pelo uso político da máquina administrativa para furo da fila. Esse privilégio político é odioso e desrespeita o cidadão carioca.

O quarto terremoto foi a crise de repasse de recursos para a OSs. Funcionários das OSs contratadas pela prefeitura não estavam recebendo salários em virtude da falta de repasses. Foi necessária a intervenção do TST para o arresto de mais de 300 milhões de reais para se pôr em dia esses salários.

O quinto foi colapso total da rede pública de saúde no Rio de Janeiro em 2019, que chegou a obrigar o Governo Federal a repassar 152 milhões de reais ao município do Rio, que também recebeu ajuda do Governo do Estado, passando este a patrocinar dois hospitais municipais. Segundo a Defensoria Pública e o Ministério Público, o Governo atual teria desviado do orçamento da saúde para outras finalidades o equivalente a 1,6 bilhões de reais.

É necessária uma reorganização total do setor público de saúde. O Governo Glória Heloiza propõe:

(i) Como prioridade absoluta, respeitar os percentuais constitucionais de investimento em saúde, de forma a acabar com os desvios dos recursos no setor para outras áreas, garantindo assim o financiamento da saúde do carioca;

(ii) Resgate do Programa Saúde da Família destruído pelo atual Governo, com reposição das quase 200 equipes extintas e recontração e valorização dos agentes comunitários de saúde;

(iii) Profissionalização dos serviços de logística para monitoramento dos insumos médicos, impedindo o recorrente desabastecimento no setor;

(iv) Integração dos sistemas de regulação de leitos municipal, estadual e federal, no que diz respeito a alta e média complexidades (CTI/UTI), para dar transparência e agilidade ao processo, acabando com a romaria entre hospitais;

(v) Uso do mecanismo das parcerias público-privadas, principalmente em relação as OSs, apenas para rede de média e baixa complexidade, para atender as demandas de especialidades médicas nas unidades básicas da saúde e clínicas da família;

(vi) Gestão direta do Município para a rede de alta complexidade, com contratação de médicos concursados, por regime celetista, através da Empresa Pública de Saúde;

(vii) Contratação de leitos para serviços especializados junto à rede privada de saúde, quando não houver vagas na rede pública e renegociação dos contratos em vigor;

(viii) Auditoria em todos os contratos da pasta, com atenção especial nos contratos aditivos, bem como no sistema de regulação e nos atendimentos feitos fora do sistema de regulação, diretamente com os diretores de hospitais;

(ix) Fim da burla do SisReg e criação de arcabouço jurídico de punição para o servidor público que usar do seu cargo ou função para privilegiar, para si ou para terceiros, com finalidade política, o uso do sistema público de saúde;

(x) Criação de um órgão de ouvidoria e fiscalização especializado na rede de saúde, com acesso pleno do cidadão através dos mecanismos mais modernos de comunicação digital, com foco especial no combate ao fisiologismo e privilégios políticos no uso do sistema público de saúde;

(xi) Desburocratização e redução da carga tributária em serviços médicos privados, barateando o serviço de saúde para desafogar a rede pública;

(xii) Além de outros projetos que visem a melhoria do sistema de saúde do carioca.

4.15 Secretaria Municipal de Mobilidade

A população da capital e demais regiões leva em média uma hora e meia para chegar ao trabalho, sem contar o tempo de espera do transporte. Nesse ambiente, o impacto das longas viagens sobre a produtividade é significativo, chamado de produção sacrificada. Segundo estudos da FIRJAN, o longo tempo de deslocamento dos trabalhadores impacta significativamente na economia. É preciso ter em conta que se considerarmos outras variáveis, como o alto custo do transporte público e o impacto na saúde causado pelo tempo excessivo de deslocamento, teremos um impacto econômico ainda maior.

O transporte de massa no Rio de Janeiro é de péssima qualidade e insuficiente para atender às necessidades da população. A opção pelo ônibus e a falta de investimentos eficazes em transporte de massa têm transformado em uma verdadeira luta o deslocamento da população trabalhadora da

região metropolitana. As políticas implementadas vão na contramão da modernidade, com o transporte individual crescendo e o transporte coletivo caindo em volume e qualidade.

Passados 4 anos, a obra do BRT Transbrasil segue confusa e sendo corrida a toque de caixa para tentar justificar algo à população carioca. As confusas alças que estão sendo construídas na Avenida Brasil, próximas à Rodoviária, podem vir a criar um estágio de congestionamento permanente, assim como a obra na Central do Brasil que não tem sentido lógico. O impacto causado na Região Metropolitana tem levado prefeitos da Região a discutir até mesmo uma intervenção judicial da obra. Não há respeito aos planos de mobilidade estadual e nem se tem uma decisão definitiva sobre se as pistas supostamente exclusivas do BRT Transbrasil poderão receber os ônibus expressos ou não. Essa decisão impactará diretamente o planejamento urbano de toda a Região Metropolitana.

O transporte alternativo continua marginalizado pela prefeitura e os aplicativos de transporte são acoçados administrativa e legislativamente. A prefeitura precisa promover mais e melhores modais, dando direito de escolha ao cidadão, mas ao invés disso restringe e oprime trabalhadores enquanto inviabiliza serviços que atendem grande parte da população carioca, em especial a mais pobre.

O Governo Glória Heloiza, defende:

(i) Plena integração dos modais, sempre respeitando a liberdade de escolha, pelo usuário, do modal de sua preferência, e publicizando essa conexão através de aplicativos, sites e outros meios modernos de comunicação digital;

(ii) Redução das tarifas;

(iii) Investimento em modais ferroviários, utilizando a governança metropolitana da qual faz parte para articular a criação da Linha 3 e expansão permanente do metrô e dos trens;

(iv) Investimento em modais aquaviários, utilizando a governança metropolitana da qual faz parte para articular uma reforma na hidrovía da Baía de Guanabara com a criação de um estudo de viabilidade da expansão das barcas para Duque de Caxias, São Gonçalo, Magé e Guapimirim como meio de conexão entre os municípios banhados pela Baía de Guanabara;

(v) Promover o estudo para se averiguar a viabilidade ambiental e econômico-financeira do uso de transporte aquaviário simples na Lagoa da Tijuca, Jacarepaguá e Marapendi;

(vi) Paulatina legalização do transporte alternativo, com combate a qualquer tentativa de cartelização por milícias, reordenando-o e integrando-o ao sistema de transporte primário;

(vii) Estímulo a formas alternativas de locomoção, como mototáxis e bicicletas;

- (viii) Reorganização do trânsito e estudo viário para otimização do sistema de transporte, inclusive através de obras de construção e/ou alargamento de pistas;
- (ix) Produzir estudo da viabilidade de possível substituição do uso do sistema BRT por modernos VLTs;
- (x) Cooperação com o Governo do Estado e a Governança Metropolitana para revitalização do Bilhete Único com tarifa compatível ao serviço prestado, aumento do tempo e do número de modais (4 modais em 3 horas) e também a possibilidade de aquisição de um Bilhete Único Mensal com preço diferenciado;
- (xi) Simplificação da regulamentação do setor de transportes viários com aumento da concorrência;
- (xi) Desoneração tributária e desburocratização das regras para a regularização de táxis, bem como a legalização com baixa tributação de aplicativos de caronas pagas (Exemplo: Uber), acabando com a concorrência predatória dos aplicativos com os taxistas, por meio do alívio fiscal e burocrático ao táxi;
- (xiii) Adequação dos limites de velocidade das ruas do Rio de Janeiro ao Código de Trânsito Brasileiro;
- (xiv) Investimento em outras formas de locomoção que gerem bem-estar e promovam a saúde do carioca, como bicicletas.

4.16 Secretaria Municipal de Infraestrutura, Conservação e Urbanismo

No atual cenário de destruição fiscal do Município do Rio de Janeiro, a questão das grandes obras públicas fica, certamente, dependente da criatividade e da competência do gestor público municipal em buscar os recursos necessários para que aquelas sejam minimamente viáveis.

O foco desta administração na Secretaria Municipal de Obras será a conservação do patrimônio carioca, com reformas contínuas de seus parques, jardins, praias, ruas e prédios públicos, com mínimo impacto e sem alterar a vida cotidiana dos cariocas e com constante diálogo com a população diretamente atingida.

O primeiro passo para a realização desse objetivo é a organização da estrutura de realização de interferências urbanas em um único órgão, a concentrar as obras de infraestrutura e de conservação, além do planejamento urbanístico da cidade.

Portanto, ficará sob a tutela da Secretaria de Infraestrutura a Comlurb, a Rioluz, a Riourbe, o IPP, a Georio e a Fundação Parques e Jardins, trabalhando de maneira eficiente e sinérgica de modo a conter despesas e ainda assim entregar uma cidade organizada, limpa, iluminada e planejada para o futuro.

As grandes obras serão feitas, prioritariamente, através de concessões, parcerias público-privadas e com recursos advindos do orçamento estadual e federal em parceria com o Município.

Seguindo a tradição dos governos do PSC, o foco da área urbanista será o esverdeamento da cidade. Uma cidade verde é uma cidade mais bonita e mais feliz, e o processo reduzirá sensivelmente as temperaturas no verão da cidade maravilhosa.

Para esta finalidade, além dos esforços da Fundação de Parques e Jardins e demais órgãos e entes públicos, serão criadas políticas públicas de incentivo ao esverdeamento da cidade através de isenções tributárias e parcerias público-privadas.

A urbanização e demarcação de comunidades será uma das prioridades dessa gestão, bem como a regularização das propriedades privadas para os cidadãos humildes que lá vivem. A habitação é um dos grandes problemas do Rio de Janeiro, e grande parte desta culpa reside na burocracia municipal na concessão de licenças e legalização de propriedades e construções. Será feito um esforço de regularização fundiária junto e em parceria com órgãos públicos estaduais, como o ITERJ, e federais.

Ante a falta de recursos generalizada no município, a prioridade da gestão será a desburocratização do licenciamento de construção e "habite-se", bem como a legalização de imóveis já estabelecidos em posse mansa e pacífica qualificada. A falta de legalização desses imóveis exclui da economia brasileira ativos que poderiam servir de base para a concessão de crédito para famílias humildes empreenderem e saírem do estado de pobreza que se encontram, tendo essa fórmula sido aplicada com sucesso em diversos países, como o Peru.

Esse esforço de legalização e desburocratização estará sendo feito em conformidade com a demarcação de limites de comunidades, especialmente em áreas próximas destinadas à preservação histórica e ambiental. Não será mais admitida a expansão e/ou criação de novas comunidades desordenadas e ilegais na nossa cidade, inclusive com fiscalização através de drones e demarcação georeferenciada.

Não faz sentido uma política habitacional baseada na ilegalidade, com a conivência histórica dos poderes municipais, quando temos um excedente imobiliário em áreas nobres como o Centro, Jacarepaguá e Vargens, além de áreas menos nobres mas com boa infraestrutura já instalada. A parceria com os poderes estadual e federal será fundamental para uma política pública habitacional

inteligente, eficiente e de baixo custo, podendo os imóveis pertencentes à prefeitura sem destinação específica serem utilizados nessa finalidade.

4.17 Secretaria Municipal de Cultura

Embora a rede cultural mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro seja um pouco heterogênea e confusa, como no caso dos teatros, que não existem nas Zonas Norte e Oeste, ou das Arenas, que não existem na Zona Sul, de forma geral é grande o suficiente para atender a população, desde que não sofra com o abandono e a falta de investimento que caracterizou o setor nos últimos anos. A subvenção que as lonas culturais recebem, por exemplo, praticamente inviabilizam sua existência.

Precisamos resgatar o ambiente cultural da cidade com investimento público e parceria público-privadas.

Para isso, o Governo Glória Heloiza fará um esforço de resgate do sistema cultural, em parceria com os Governos Estadual e Federal e a iniciativa privada, de forma que a rede de teatros, arenas, lonas culturais, centros culturais, bibliotecas, museus e planetários possam ser sustentáveis e garantir o enriquecimento cultural do nosso povo com a ocupação popular dos aparelhos municipais, em conjunto com um esforço pessoal do Governo em promover cultura clássica aos cariocas.

Nosso Governo porá fim à guerra entre Prefeitura do Rio e escolas de samba, garantindo o apoio necessário para a promoção da festa mais importante para a economia da cidade, e repassando a administração do sambódromo de volta ao Estado do Rio de Janeiro.

Vamos ainda buscar a criação de um Fundo de Cultura, estimulando parceiros da iniciativa privada a adotarem ações pró-ativas em relação à cultura de patrocínio, mediante renúncia fiscal, desburocratizando a disponibilidade dos recursos, a serem liberados por banca especializada, com total transparência e impessoalidade.

Buscaremos, ainda, uma sinergia com a rede pública de ensino para que os alunos possam utilizar esses aparelhos como parte da sua construção educacional, inclusive com a integração da Fundação Cidade das Artes na estruturação do projeto.

4.18 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Em um cenário vergonhoso onde a conta total do investimento olímpico na cidade do Rio de Janeiro ultrapassou a marca dos 41 bilhões de reais, até o presente momento praticamente jogados no lixo pela prefeitura, precisamos reorganizar urgentemente o setor da prática desportiva na nossa cidade.

Os aparelhos esportivos precisam ser resgatados e utilizados, preferencialmente pela rede municipal de ensino em parceria com as federações esportivas estaduais e os clubes poliesportivos, de forma que a escola seja a base de revelação de talentos esportivos, tal como acontece na Europa e EUA.

Os clubes e federações, como entidades são mais capacitadas e especializadas na promoção do desporto do que o Governo, serão valorizados pela a Secretaria de Esportes e Lazer através da promoção de parcerias público-privadas com essas entidades para garantir a gestão, funcionamento e acesso dos aparelhos esportivos a todos os cidadãos cariocas, podendo se pensar, inclusive, também na concessão pura de aparelhos olímpicos hoje inutilizados.

Essa parceria se estenderá para projetos específicos de bem-estar sócio-esportivo, com a garantia de isenção fiscal para entidades que comprovarem a eficiência dos projetos em comento.

Os patrimônios públicos com foco na promoção de lazer, como parques, jardins e praias, serão dotados de espaço para a prática esportiva, de acordo com a possibilidade e característica do bem, respeitando-se toda a legislação vigente, em aproveitamento análogo ao exercido na construção do bom projeto das academias da terceira idade.

Como o foco da gestão será a reforma do patrimônio público atual, é uma garantia o pleno funcionamento de todos os aparelhos esportivos e áreas de lazer da cidade.

O concessionário do Estádio Olímpico Nilton Santos será procurado para a elaboração de parceria, em especial para o uso das instalações de atletismo, bem como o futuro concessionário do Estádio Mario Filho e do Complexo do Maracanã.

4.19 Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania (SEJUS)

A Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania irá agregar todas as pastas que têm hoje por objetivo promover direitos humanos para segmentos específicos da sociedade, como a secretaria de envelhecimento ativo, de juventude, de mulheres, de defesa dos direitos LGBT+ e de pessoa com deficiência.

Reunindo todas essas pastas em uma só, reduz-se o gasto com pessoal, que é apenas a atividade-meio, e sobram-se mais recursos para utilização na atividade-fim, que é a assistência a estes grupos.

A Secretaria também terá atenção especial ao usuário de drogas, com investimento público na sua recuperação, bem como parcerias público-privadas para tratamento de adictos tanto com entidades laicas quanto com entidades de cunho religioso.

4.19.1 Envelhecimento Saudável

Devemos destacar, primeiramente, que a questão envolvendo o idoso no município do Rio de Janeiro for tratada com muita confusão nos últimos anos, com maior preocupação com as conveniências e acordos políticos do que com o bem-estar do cidadão. Até 2017 o município tinha uma secretaria especializada na terceira idade que, embora mudasse de nome e de parâmetros de gestão, bem ou mal atendia nossos idosos. A partir de 2017, essa secretaria foi anexada a uma secretaria de direitos humanos maior para atender a acordos políticos, mas as temáticas dessa nova secretaria, ainda que confusas, tinham pertinência e sinergia entre elas. Em 2019, em um movimento para recompor a base do governo na Câmara de Vereadores, foi criada uma nova secretaria, composta de partes de diferentes estruturas, para acomodar “*amigos de políticos*”, misturando a política dos idosos com conservação de parques e até mesmo promoção de eventos turísticos. Um verdadeiro “balaio de gatos”. Vamos resgatar a sanidade administrativa da Prefeitura, dar atenção e estrutura a uma subsecretaria especializada no cuidado do idoso e seu bem-estar e retomar o diálogo com a sociedade civil e o empresariado no setor.

Ainda há, no Brasil, alguma resistência, quiçá até preconceito com as instituições de longa permanência para idosos. No entanto, não podemos partir do pressuposto que todas as famílias brasileiras possuem estrutura para cuidar dos seus idosos com a eficiência e atenção que eles precisam e merecem. As ILPIs entram nesse momento, de forma a garantir qualidade de vida aos idosos em um dos momentos de maior fragilidade física para esses cidadãos. Será feito, portanto, a um investimento nesse campo. O investimento na qualidade de vida do idoso é, inclusive, economicamente favorável aos governos, pois evita o gasto público em tratamentos e terapias em doenças e machucados que poderiam ter sido evitados se o idoso tivesse sido melhor cuidado, além de evitar o sofrimento desnecessário do ser humano.

As ILPIs são regulamentadas pelo Estatuto do Idoso e pela RDC 283 da ANVISA. São legislações de cunho federal e que não podem ser modificadas em nível municipal, mas dentro do poder suplementar que os municípios têm para suprir as lacunas e modernizar os institutos de legislação federal, serão aprofundadas as regulamentações, licenças e fiscalizações sanitárias das ILPIs, desburocratizando onde for necessário e sendo mais exigente onde for preciso, sempre tendo o bem-estar do idoso como prioridade, em parceria com os empresários que investem no setor.

Nesse sentido, parcerias público-privadas são essenciais para garantir serviços públicos eficientes e de qualidade, com menor custo e maior produtividade. E no campo dos serviços aos idosos também. Investir em tecnologia para melhoria da qualidade de vida, modernizar as ILPIs e dinamizar a relação entre a administração desses lares e a família do idoso são algumas das alternativas de parceria. A administração privada de uma rede pública de ILPIs para racionalizar os procedimentos e reduzir despesas também são bem-vindos.

Será estudado ainda o custeio de vagas em ILPIs privadas para idosos que não possuem recursos, uma espécie de "voucher" no setor. Provavelmente o custo para o município ficará menor do que aumentar uma rede de ILPIs públicas, garantindo-se melhor qualidade de vida para o idoso.

Serão criadas multas e demais sanções de cunho administrativo para instituições públicas e privadas que desrespeitarem o estatuto do idoso e a dignidade dos nossos velhinhos. Isso pode incluir, inclusive, cassação de alvarás de funcionamento e inviabilização econômica do empresário malfeitor.

É compromisso da nova subsecretaria assinar um termo de compromisso com o PROCON municipal para a especialização de um órgão de fiscalização especializado em defesa do consumidor da terceira idade.

Por fim, todas as políticas bem sucedidas no setor, como a Academia da Terceira Idade, serão retomadas e ampliadas.

4.19.2 Infância e Juventude

A busca pela promoção plena dos direitos de crianças e adolescentes, conforme preconiza o ECA, é um objetivo essencial do Governo Glória Heloiza, sendo sua especialidade quando da época em que atuou como magistrada.

Quanto às demandas da juventude carioca, a candidata defende as políticas públicas preconizadas pelo "manifesto pela juventude", aqui resumido nas seguintes pautas:

(i) Institucionalização das Políticas Públicas da juventude: Consolidar espaços de gestão participativa, fomentar o cumprimento e garantir a institucionalidade das políticas da juventude em âmbito Municipal, aderindo a Prefeitura ao Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE;

(ii) Criação de Conselho Municipal de Juventude;

(iii) Criar a subsecretaria da juventude;

(iv) Elaboração um Plano Municipal de Juventude, que define diretrizes de planejamento, compromissos e ações da Prefeitura para com os jovens;

(v) Fomentar a Participação Democrática Juvenil;

(vi) Valorização da Família como instituição fundamental ao desenvolvimento humano, núcleo vital e indispensável na formação cidadã e como pilar para solucionar ou amenizar as mazelas da humanidade, não só aproximando ser humano de Deus, como também defendendo a vida desde a sua concepção, valorizando a família tradicional, visando incentivar a criação de políticas públicas

capazes de promover a igualdade entre os cônjuges, a assistência social aos jovens que gerem estruturas sociais que permitam às famílias atingir as mínimas condições de estabilidade;

(vii) Direito à diversidade e isonomia do jovem, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação, sempre respeitando as normas de ordem pública e moralidade social;

(viii) Direito à saúde, garantia à educação de qualidade e promover acesso à cultura, esporte e lazer;

(ix) Assegurar Trabalho Digno à Juventude, Profissionalização e Renda;

(x) Estimular a Indústria 4.0 e criação de *startups*;

(xi) valorizar a mão-de-obra local;

(xii) Promover o direito à comunicação, mobilidade, meio ambiente sustentável , segurança e paz.

4.19.3 Mulheres

A Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres tem feito o trabalho de promover a defesa dos direitos das mulheres em conjunto com outros órgãos estaduais e federais, mas de maneira pouco satisfatória.

Os Centros Integrados/Especializados de Atendimento a Mulher possuem pouca divulgação, e apesar do seu excelente trabalho no enfrentamento à violência contra a mulher e reconstrução da cidadania e da estabilização psicológica das vítimas, ainda podem exercer um papel social maior, com o aumento da sua estrutura e rede. Infelizmente só há um CIAM e um CEAM no município do Rio de Janeiro, assim como apenas dois abrigos para as mulheres e seus filhos vítimas de violência.

É prioridade para uma mulher Prefeita o aumento dessa rede, bem como a efetivação da Lei 6394/2018 que cria o Dossiê Mulher Carioca, fazendo um verdadeiro censo da violência sofrida pela mulher na cidade.

Além disso, será feito um trabalho especial envolvendo a divulgação da Lei Maria da Penha e da conscientização dos direitos da mulher em todo o nosso município.

4.19.4 LGBTQIA+

A população LGBT hoje já possui uma grande rede de apoio público, seja pela coordenadoria especial da diversidade sexual (CEDS) da Prefeitura ou pelo Programa "Rio sem Homofobia" da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado.

Ainda assim, propostas podem ser feitas para a melhoria do ambiente de acolhimento da população LGBT. Enquanto partido cristão, o PSC acolhe e não discrimina, entendendo a importância da tolerância e da aceitação para a promoção da paz social e da liberdade individual.

Podemos apresentar as seguintes propostas na área:

- (i) valorização da CEDS (coordenadoria especial da diversidade sexual);
- (ii) expansão do programa Rio + Respeito;
- (iii) expansão do serviço de atendimento à população LGBT no telefone 1746 para 24 horas por dia e no portal de atendimento;
- (iv) aprofundar a interlocução com o programa "Rio sem homofobia" do Governo do Estado;
- (v) garantia de apoio logístico à Parada LGBT como um espaço democrático e de importância turística, sempre com ordem, para promover a cidade e trazer recursos, assim como as Marchas para Jesus terão o mesmo apoio;
- (vi) expandir os CPAs (Centro Provisório de Acolhimento) especializados no acolhimento da população LGBT em situação de rua;
- (vii) aumento dos locais na rede pública de saúde que contenham PrEP (profilaxia pré-exposição) e PEP (profilaxia pós-exposição) de HIV;
- (viii) Criar um segmento dentro do programa Clínica da Família especializado em famílias LGBT e suas questões de saúde, em especial acompanhamento médico e psicológico dessas famílias, tanto para os casais quanto para as crianças;
- (ix) apoiar o empreendedorismo LGBT criando, em parceria com o SEBRAE e outros órgãos, cursos de capacitação voltados para o empreendedorismo na área de serviços para a população LGBT e pela população LGBT, de forma a se trazer cidadania e geração de emprego e renda, garantindo dignidade para essas pessoas, podendo a estrutura física de órgãos municipais servirem de apoio para a realização dessas atividades.

4.19.5 PCD

Historicamente a Prefeitura do Rio de Janeiro tem feito um trabalho de atenção e cuidado às pessoas com deficiência no nosso município. Essa realidade histórica, fruto do espírito caridoso e solidário do carioca com seu próximo, parece não ser compartilhado pela atual gestão, justamente no momento em que as pessoas mais precisam ser cuidadas.

Os Centros Municipais de Referência de Pessoa com Deficiência (CMRPD) sempre foram referência de tratamento para as PCDs em todo o Brasil. No entanto, há anos não se vê um esforço de expansão da rede, em um momento em que cada vez mais pessoas recorrem a esses órgãos públicos.

Pior: recentemente ainda se teve notícia de contingenciamento de recursos na área.

Os CMRPD precisam ser resgatados, com expansão da rede e garantia de recursos orçamentários permanentes. A interrupção do tratamento a essas pessoas pode causar danos irreversíveis.

A legislação municipal em defesa das PCDs já é bastante ampla, sendo observada e fiscalizada, supostamente, pela Comissão Permanente de Acessibilidade, criada pelo Decreto 43023/2017 para garantir a elaboração e execução das políticas públicas em defesa da acessibilidade às PCDs. No entanto, até o presente momento, praticamente nenhum trabalho ou política foi elaborada por esta comissão.

A legislação que ainda precisa ser aprovada em âmbito municipal foi consolidada no Projeto de Lei n. 1708/2015, que encontra-se parada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do Rio. Esse projeto consolida a legislação municipal sobre o tema e cria segurança jurídica para as PCDs poderem reivindicar seus direitos junto à prefeitura e à sociedade civil. É dever do poder executivo lutar pela aprovação desse projeto tão importante para a promoção da cidadania no nosso município.

Embora o serviço do portal 1746 seja de uso amigável para o usuário portador de deficiência que busque informações sobre seus direitos e políticas públicas, o atendimento por telefone é absolutamente precarizado e não há respaldo aos cidadãos que estejam com seus direitos sendo lesados, seja no constante à sua cidadania, seja no papel de consumidor.

Não há investimento público no setor de tecnologia em promoção da acessibilidade às PCDs.

O Governo Glória Heloiza, propõe:

(i) Expandir a rede de Centros Municipais de Referência de Pessoa com Deficiência (CMRPD) de forma a se garantir o cuidado permanente e próximo das pessoas com deficiência;

(ii) Regulamentar, dentro dos percentuais constitucionais mínimos que são garantidos para investimento em saúde e educação, que parte desses recursos sejam vinculados ao tratamento e educação das PCDs dentro dos CMRPDs e escolas da rede pública;

(iii) Reformar e fazer a Comissão Permanente de Acessibilidade funcionar de verdade, de forma a elaborar, propor e analisar normas, ações, medidas de controle e de monitoramento que visem garantir acessibilidade para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida às edificações, vias e espaços públicos, transportes, mobiliários, equipamentos urbanos e sinalizações, bem como aos meios de comunicação, de acordo com a legislação em vigor;

- (iv) Pressionar a Câmara Municipal do Rio de Janeiro a votar o PROJETO DE LEI Nº 1708/2015, que consolida a legislação municipal relativa à acessibilidade, atendimentos preferenciais e direitos da pessoa com deficiência da cidade do Rio de Janeiro;
- (v) Criar, no âmbito do Portal 1746, um setor de reclamações exclusivamente destinado ao usuário que seja PCD, garantindo prioridade no atendimento a essas pessoas e coibindo práticas públicas e privadas de desrespeito ao direito da pessoa com deficiência;
- (vi) Aprimorar a legislação municipal de regulamentação do uso das propriedades públicas e privadas para garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência;
- (vii) Criar, dentro do PROCON municipal, um setor específico para reclamações da PCD consumidora, seja no âmbito dos produtos e serviços de destinação ao mercado das PCDs, seja para o mercado em geral;
- (viii) Utilizar o FOMENTA RIO para criar um programa de investimento em tecnologia cidadã para inserção das PCDs no mercado de trabalho e no convívio social urbano;
- (ix) Outras políticas que visem aprimorar a acessibilidade e a cidadania das pessoas com deficiência no Rio de Janeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos mostrar, à população do Rio de Janeiro, que existe uma alternativa nova, diferente da política tradicional, que alia experiência e carinho no trato com o ser humano, sem descuidar da técnica de gestão básica que permitirá ao povo carioca ter uma prefeita que pode cuidar de verdade das pessoas, sem engodos e falsas promessas, mas também garantindo as reformas necessárias para que o cidadão possa prosperar pela sua força, inteligência e perseverança.

Glória Heloiza para fazer do Rio de Janeiro uma cidade mais solidária, justa, livre e feliz!

